

Na Síria, no Médio Oriente, no Mundo

O direito a viver em Paz

O título, «roubado» ao cantor chileno Victor Jara, descreve como nenhum outro o que está em causa actualmente na Síria, no Médio Oriente e um pouco por todo o Mundo: o direito inalienável dos povos a viver em Paz, condição indispensável ao progresso, ao desenvolvimento e à justiça social.

Mas tal não será possível enquanto as grandes potências ocidentais, com os EUA à cabeça, continuarem a semear conflitos e divisões e a financiar guerras (quando não são eles próprios a travá-las directamente) a fim de colherem os seus frutos: o controlo de mercados e fontes de matérias-primas; o domínio geo-estratégico de importantes regiões do globo; e, não menos importante, o condicionamento do desenvolvimento das chamadas «potências emergentes», nomeadamente a Rússia e a China.

É isso que está em causa actualmente na Síria, onde o conflito em curso só na aparência pode ser considerado uma «guerra civil». Na verdade, o chamado *Exército Sírio Livre* é formado, armado, treinado e financiado externamente (dos EUA a países da União Europeia, passando pela Turquia, Qatar ou Arábia Saudita) e composto em grande parte por

mercenários estrangeiros, que têm levado a cabo indescritíveis massacres contra a população civil síria.

Caem assim por terra as preocupações com a «democracia», com os «direitos humanos» ou com a «defesa dos civis» hipocritamente apregoadas pelos responsáveis desses países para justificar o seu apoio aos grupos armados que operam na Síria. Também as sanções diplomáticas, económicas e políticas contra aquele país do Médio Oriente afectam em primeiro lugar o povo sírio, que garantem querer «libertar».

O confessado objectivo destas acções – militares, subversivas ou diplomáticas – é proceder a uma alteração de regime, o que viola abertamente a Carta das Nações Unidas. A acompanhar toda esta operação de desestabilização interna da Síria está uma intensa campanha mediática, que pretende apresentar mercenários

como «libertadores» e acusar o governo da Síria pelos massacres perpetrados por grupos armados, apoiados pelo exterior. Esta campanha não pode ser desligada da preparação da opinião pública mundial para um eventual ataque militar contra a Síria.



Incendiar toda uma região

Como o CPPC repetidamente tem afirmado, a situação que se vive actualmente na Síria tem tudo a ver com a intenção dos EUA de controlar a sensível e estratégica região do Médio Oriente. Assim, e depois do Afeganistão, do Iraque e da Líbia, é a Síria – país que assume uma via soberana e apoia a resistência árabe e palestina a Israel e aos Estados Unidos – o próximo «obstáculo» a remover. Caso o desfecho seja o ambicionado pelo imperialismo, o alvo que se segue será o Irão, contra o qual está há muito a ser preparada uma guerra, não só no plano militar como no diplomático e, claro, no mediático.

Mas é a Rússia e a China, e o condicionamento do seu desenvolvimento, que os EUA visam com toda esta desestabilização do Médio Oriente, de consequências ainda imprevisíveis para o Mundo. Certamente por se aperceberem disso mesmo, esses dois países estão tão empenhados em travar esta estratégia incendiária. Os sucessivos vetos no Conselho de Segurança de projectos de resolução que permitiam a mudança de regime e mesmo a agressão externa à Síria são disso exemplo.



Mural do CPPC em Lisboa, 25 de Abril

O direito a viver em Paz

Perante isto, que faz o Governo português? Defende os princípios inscritos na Constituição da República, que pugna pelo respeito pela soberania dos povos e pela solução pacífica dos conflitos? Não! Submete-se à estratégia dos EUA e das grandes potências da UE, sendo inclusivamente um dos mais destacados porta-vozes do reforço das sanções e da agressão à soberania da Síria.

Ainda o massacre de Houla não estava esclarecido (hoje parece claro ter sido perpetrado pelos ditos «rebeldes») e já o Governo português considerava o embaixador sírio acreditado no País *persona non grata*, sujeitando Portugal a obscuros e inconfessados interesses económicos e políticos daqueles que não hesitam em recorrer à guerra para impor os seus desígnios. No início de Agosto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português veio exigir a renúncia do presidente da Síria e uma «transição política» no país, a favor dos chamados «rebeldes», torpedeando a Carta das Nações Unidas.

Inconformado com esta posição das autoridades portuguesas, que ao invés de defenderem e cumprirem a Lei Fundamental do País e a Carta da ONU, as desrespeitam vergonhosamente, o CPPC tem levado a cabo um conjunto de acções, em nome próprio ou em parceria com estruturas e personalidades, esclarecendo sobre o que verdadeiramente está em causa no conflito sírio. A evolução dos acontecimentos deu razão àqueles que, como o CPPC, sempre se bateram contra a desestabilização daquele país por forças externas e pela defesa da sua soberania. As exigências do CPPC são hoje mais actuais do que nunca:

- Rejeição de qualquer intervenção militar contra a Síria;
- Fim do apoio estrangeiro aos grupos armados que operam no país;
- Condenação das acções em curso para desestabilizar esse país, promovidas por potências estrangeiras, bem como da campanha de intoxicação mediática;
- Exigência de investigações completas e isentas aos diversos atentados perpetrados no país e punição dos responsáveis;
- Retomada das relações diplomáticas entre Portugal e a Síria;
- Recurso ao diálogo, à negociação e à diplomacia para a resolução pacífica do conflito, no espírito da Carta da ONU.

CPPC em missão à Síria

Conhecer a realidade de perto

O CPPC integrou a delegação conjunta do Conselho Mundial da Paz e da Federação Mundial da Juventude Democrática que visitou a Síria entre 21 e 26 de Abril. A delegação, da qual faziam parte os presidentes das duas estruturas internacionais, era composta por 29 organizações de 23 países da Europa, Ásia, América, África e Médio Oriente. O CPPC esteve representado por Filipe Ferreira, da Direcção Nacional.

A missão, cujo programa foi definido pela União Nacional dos Estudantes Sírios e pelo Conselho Nacional da Paz sírio, membros das duas estruturas internacionais, teve como objectivos recolher informação acerca da situação que se vivia então naquele país do Médio Oriente e, ao mesmo tempo, expressar a sua solidariedade com o desejo profundo do povo sírio em viver em paz e sem ingerência estrangeira.

Durante os dias em que permaneceu no país, a delegação visitou cidades afectadas pelos combates, hospitais e mesquitas e teve a oportunidade de se encontrar com personalidades das mais variadas áreas da vida política, social e religiosa síria, bem como estudantes universitários e sindicalistas.

Nesta edição do *Notícias da Paz* entrevistamos Filipe Ferreira, dirigente do CPPC, que integrou a missão conjunta do CMP e da FMJD à Síria. Num tempo marcado por tanta desinformação, em que tantos falam daquilo que não conhecem e não viram, eis uma voz autorizada para falar da situação que se vive naquele país do Médio Oriente.



Entrevista a Filipe Ferreira

Os sírios prezam a paz e a soberania

O que pudeste presenciar na tua visita à Síria no passado mês de Abril?

Filipe Ferreira: O que mais surpreendeu, tendo em conta o que se ouvia em Portugal, foi o dia-a-dia a decorrer com normalidade: trânsito nas ruas, transportes e serviços públicos a funcionar normalmente, cafés e esplanadas muito concorridos, comércio aberto, mercados com abundância de produtos frescos... A haver alguma perturbação à normal vida quotidiana não era facilmente visível. Dada a proximidade das eleições parlamentares [que se realizaram a 7 de Maio] havia muitas faixas e cartazes pelas ruas, de diferentes partidos, anunciando os seus candidatos.

Isto contrasta com a dificuldade que senti em chegar à Síria, pois o que devia ter sido uma viagem simples, com uma única escala, quase se tornou uma missão impossível. Dois dias antes da partida, a companhia aérea em que era suposto ter viajado cancelou os voos para a Síria, o que obrigou a procurar alternativas, mais demoradas e com mais escalas. Havia então uma clara tentativa para que a realidade desse país, que procuram isolar, não fosse e não continuasse a ser conhecida.



Visita a hospital militar

A situação era, portanto, totalmente diferente daquela que as notícias davam conta em Portugal?

FF: As notícias relatavam uma sociedade revoltada e oprimida, grandes movimentações contra o governo nas ruas. O que vimos foi um ambiente de normalidade, em que a esmagadora maioria da população com que contactámos dizia apoiar as recentes medidas do governo. Num momento em que estávamos em Damasco, as notícias em Portugal relatavam confrontos e bombardeamentos nessa cidade, o que não se verificou.

Sentiste as consequências das sanções impostas ao país?

FF: Essa é uma das facetas da agressão dos países da NATO e dos seus aliados à Síria. Estamos a falar de quase 60 pacotes de sanções impostas ao país, que afectam sobretudo o povo sírio, como o congelamento de bens de instituições financeiras sírias ou a proibição da venda e transporte de gás e combustível utilizados no aquecimento doméstico e na indústria. Segundo o que nos foi transmitido, estas e outras sanções estão a provocar a desestabilização da economia, o aumento do desemprego e do custo de vida. Há bens de primeira necessidade



Damasco

cujo preço duplicou.

Mas no contacto com organizações de estudantes ficámos a saber, entre outras coisas, que o acesso à educação é praticamente universal: o Ensino Superior custa cerca de 10 dólares por ano e há um grande número de universidades e de estudantes universitários. No que respeita à Saúde, o acesso é gratuito e os serviços modernos.

Eram visíveis as tensões internas?

FF: Do que pude observar, a Síria é uma sociedade multiétnica, de grande tolerância à diversidade. Em todos os locais que visitámos [Damasco e Latakia] a convivência entre etnias e religiões era pacífica. Aliás, a delegação teve oportunidade de reunir com líderes políticos e religiosos que afirmavam que, mais do que uma qualquer identidade religiosa ou política, o que unia os sírios era precisamente o facto de serem sírios, há um forte sentimento de unidade nacional. De sa-

lientar ainda que as tentativas para quebrar esta unidade incluem assassinatos dirigidos, como o que vitimou o filho mais novo de um líder muçulmano, tentativa frustrada de instigar divisões religiosas.

Em vários encontros que realizámos, tanto de carácter institucional como em conversas ocasionais com pessoas nas ruas, sobressaía precisamente essa unidade em torno da defesa da soberania. Mesmo em casos em que era mencionado algum descontentamento com a situação política e social do país, que deu azo aos protestos de há um ano atrás, a condenação da violência perpetrada pelos bandos armados era consensual. Tal como a identificação dessa violência e desses bandos com o exterior. Numa visita a militares feridos, que se encontravam hospitalizados, quase todos se referiram à presença de estrangeiros nos grupos que os atacaram.

Qual o estado de espírito dos sírios com que te encontraste?

FF: Estavam sobretudo revoltados com as manobras contra o país a partir do exterior, com a violência contra populações civis patrocinadas a partir do estrangeiro, com as notícias deturpadas e manipuladas dos *media* internacionais. Estavam também conscientes da necessidade de defender a sua soberania e integridade territorial e confiantes nas alterações políticas que se verificam, como a nova Constituição, as eleições, etc...

Em muitas reuniões e encontros, e mesmo por parte de pessoas na rua, surgiram pedidos como este: «Quando voltarem aos vossos países contem a verdade, contem o que viram, digam que a realidade síria não tem nada a ver com o que dizem nos canais internacionais!»



Encontro com estudantes na Universidade de Latakia



Assembleia Mundial da Paz realizou-se em Julho no Nepal

Solidariedade contra a guerra

O CPCC participou na Assembleia Mundial da Paz, realizada entre 20 e 23 de Julho na capital do Nepal, Katmandu, através da presidente da Direcção, Ilda Figueiredo. Estiveram representados meia centena de países num total de 150 delegados e convidados.

Sob o lema *Fortalecer a luta dos povos pela paz, contra as guerras imperialistas, pela solidariedade e a luta contra a opressão*, a Assembleia elegeu os novos órgãos dirigentes do Conselho Mundial da Paz (ver caixa) e traçou as linhas de acção para os próximos anos. Das prioridades definidas destaca-se a intensificação da luta **contra as bases militares estrangeiras e contra a NATO**, exigindo a sua dissolução; pela **eliminação de todas as armas nucleares** no mundo; pelo **fim de todos os tipos de ocupação e ingerência** estrangeiras nos assuntos internos dos estados; a par da intensificação da **denúncia das violações ao direito internacional, à soberania e ao direito dos povos** à autodeterminação e independência.

No rico debate travado na Assembleia e na Conferência que se lhe seguiu foram denunciados muitos dos crimes passados e presentes do imperialismo, ao mesmo tempo que se alertou para os perigos decorrentes da actual crise e do seu agravamento. Por um lado, pelo que pode resultar do brutal agravamento das desigualdades em diversos países, incluindo na Europa; e por outro da ofensiva em curso nos planos militar e ideológico, movida pelas grandes potências ocidentais, com os EUA à cabeça, com objectivo de assegurar controlo dos mercados, a redefinição de fronteiras e a pilhagem de recursos e riquezas naturais em regiões como o Médio Oriente, a Ásia Central, África, o Mediterrâneo ou a América Latina.

Paz no Médio Oriente



Atentos ao momento dramático que se vive na **Síria**, os delegados presentes aprovaram uma resolução específica sobre este assunto, na qual expressam a sua «forte solidariedade para com o



povo da Síria na sua luta contra o violento ataque imperialista» actualmente em curso. Aos anti-imperialistas e progressistas de todo o mundo, o CMP apela para que desmascarem a «campanha mediática que está a ser organizada» para distorcer a realidade que se vive naquele país e aumentem a pressão sobre os governos dos EUA, dos países da União Europeia e dos seus aliados na região para que estes parem de armar e financiar os grupos mercenários que levam a cabo actos terroristas na Síria.

Os partidários da paz realçam ainda a necessidade de exigir a abolição de todo o tipo de sanções económicas impostas ao povo da Síria e de intensificar a luta contra a agressão, nomeadamente apoiando o diálogo nacional entre os sírios para que estes possam ser verdadeiramente senhores do seu destino.

Numa outra resolução, desta feita sobre o **Irão**, rejeita-se categoricamente os planos dos EUA, da União Europeia e da NATO de atacar este país sob qualquer pretexto, em particular o seu programa nuclear. Para o Conselho Mundial da Paz, o povo do Irão e só ele deve decidir sobre o seu futuro e a sua liderança, sem interferências externas de qualquer espécie. Expressando a sua solidariedade para com as forças progressistas e defensoras da paz do Irão, o CMP apelou à vigilância quanto aos planos de guerra nos tempos mais próximos.

Para além da reafirmação, numa outra resolução, do direito do povo da **Palestina** ao seu estado independente e soberano, membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas, a Assembleia Mundial da Paz defendeu ainda o reconhecimento do Médio Oriente como **Zona Livre de Armas Nucleares**. Para tal, cumprindo aliás com as disposições do Tratado de Não Pro-

a e a opressão



liferação de Armas Nucleares, há que desencorajar os países não detentores da arma atômica de a possuir e os países que a detenham a destruir os seus arsenais. Na região, apenas Israel detém a bomba atômica, muito embora não o reconheça.

Crimes sem castigo

Ao longo dos anos, o imperialismo perpetrou crimes contra os povos e o seu legítimo direito à paz e a seguir um caminho autónomo, cujas consequências ainda hoje se fazem sentir. Numa resolução aprovada na Assembleia denuncia-se que as bombas lançadas por aviões norte-americanos sobre o **Laos** nas décadas de 60 e 70 continuam hoje a matar. Naquele que foi o maior bombardeamento *per capita* da história, as bombas por explodir (estimadas em 80 milhões) mataram desde 1964 mais de 50 mil pessoas. A resolução exige que os EUA assumam as suas responsabilidades e compensem o pequeno país asiático.

Também as vítimas do Agente Laranja foram lembrados na Assembleia Mundial da Paz, tendo sido apoiada a sua luta pela justiça, que tarda em ser feita. Mais de 35 anos depois do final da guerra do **Vietname** são ainda muitos milhares de vietnamitas que sofrem duramente as consequências dos agentes químicos lançados pelos bombardeiros norte-americanos. Muitas crianças nascem, ainda hoje, com deficiências profundas.

A resolução apela a toda a humanidade (governos, organizações e indivíduos, independentemente da sua posição política) para que tome medidas imediatas de apoio às vítimas do Agente Laranja, responsabilizando o governo dos EUA e as empresas fabricantes destas armas.

Foi ainda reafirmada a solidariedade com Cuba na sua luta contra o criminoso bloqueio imposto pelos EUA, com pesadas consequências para o povo cubano e para o normal desenvolvimento do país. A libertação dos cinco patriotas cubanos presos nos EUA foi também reclamada, assim como o fecho da base de Guantánamo e a sua devolução à soberania de Cuba.



Continuar um percurso heróico

A Assembleia Mundial da Paz elegeu o seu Comité Executivo, composto por 40 organizações. Este órgão, na sua primeira reunião, escolheu como presidente o Cebrapaz, do Brasil, e como secretário-geral o EEDYE, da Grécia. Assim, Socorro Gomes mantém-se na presidência e Thanassis Pafilis na Secretaria-geral. Iraklis Tsavdaridis, também da Grécia (onde está instalada a sede do CMP) permanece como secretário executivo.

O CPPC foi reeleito para o Comité Executivo, permanecendo também no Secretariado, continuando a assumir a coordenação da região Europa.

Integram o Comité Executivo movimentos e organizações de Chipre, Alemanha, Turquia, República Checa, Espanha, Bélgica, Dinamarca, Palestina, Síria, Egipto, Jordânia, Irão, Israel, Cuba, Estados Unidos da América, Argentina, México, Canadá, República Dominicana, Panamá, Venezuela, Congo, África do Sul, Angola, Senegal, República Democrática do Congo, Madagáscar, Índia, Nepal, Japão, Vietname, Mongólia, Bangladesh, República Popular Democrática da Coreia, Laos e Filipinas, para além dos já referidos Brasil, Grécia e Portugal.

O Conselho Mundial da Paz foi criado em 1950, no segundo Congresso Mundial da Paz realizado em Varsóvia, no qual participam dois mil delegados de oitenta países. Entre os seus membros estavam prestigiados intelectuais como os prémios Nobel Frédéric e Irène Joliot-Curie, o pintor Pablo Picasso, o escritor Jorge Amado ou o poeta Pablo Neruda. O físico português Manuel Valadares também integrou o primeiro Conselho Mundial da Paz. O nascimento desta estrutura respondeu às necessidades de uma época marcada pelo início da *Guerra Fria* e pelas ameaças que então pendiam sobre os povos do mundo de eclosão de um novo e ainda mais mortífero conflito.

A anteceder a criação do CMP fora lançado aquele que ficou conhecido como *Apelo de Estocolmo*, pela proibição da arma nuclear – que recolheu em todo o mundo mais de 500 milhões de assinaturas – e o primeiro Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizando em Abril de 1949 simultaneamente em Paris e Praga, que constituiu o verdadeiro berço do movimento da paz.

Dissolução da NATO é exigência do nosso tempo

Estiveram em Chicago, por esses dias, mais de 60 chefes de Estado e de governo a debater a concretização do novo conceito estratégico da NATO, aprovado um ano e meio antes, em Lisboa. Como o CPPC então alertou, em nome próprio ou em conjunto com as organizações que com ele compunham a *Cam-*

A NATO prontifica-se também a intervir por motivos não militares, como as «alterações climáticas», a «guerra do ciberespaço» ou a já referida «segurança energética». Em rigor, o planeta inteiro passa a ser o espaço de «acção vital» da NATO.



Com este novo conceito estratégico, visava-se tornar a NATO mais «eficiente» na resposta às denominadas «ameaças assimétricas» (a agressão a determinados países soberanos) que, traduzindo, significam o objectivo de garantir o controlo das fontes e condutas de energia e o domínio do comércio global por parte dos potentados económicos dos EUA e seus aliados, sob a capa da «intervenção humanitária», da «defesa dos di-

Razões de sobra para que todos nos unamos e exijamos a dissolução da NATO.



De Lisboa para Chicago

A 21 de Maio, último dia da cimeira da NATO em Chicago e ao mesmo tempo que naquela cidade norte-americana milhares de partidários da paz exigiam a abolição da aliança agressiva e militarista, o CPPC e outras organizações que integraram a *Campanha Paz Sim! NATO Não* levaram a cabo uma acção de rua na baixa de Lisboa com esta mesma exigência central.

Helena Barbosa, da Direcção do CPPC, falando junto ao Rossio, denunciou a confirmação e aprofundamento, na Cimeira de Chicago, dos objectivos militaristas e bélicos da NATO, que acusou de ser «responsável por guerras injustas e ilegítimas, incontáveis crimes e por graves violações dos direitos humanos e dos povos».

Para a dirigente do CPPC, a «existência da NATO é antagónica à paz mundial, como se tem verificado desde a sua criação em 1949». Mas os seus objectivos são também «contrários e incompatíveis com a Constituição da República Portuguesa, que consagra, por exemplo, a abolição dos blocos político-militares, bela expressão do desejo do povo português de alcançar e defender a paz no mundo».

Enumerando as «trágicas» intervenções na Jugoslávia, no Iraque, no Afeganistão ou na Líbia, Helena Barbosa acusou a NATO de servir os EUA e os seus aliados «na sua sede de domínio militar, de controlo de recursos naturais e de mercados e de superioridade geoestratégica, em prejuízo de milhares de vidas humanas, destruição de países e recursos». Os objectivos e compromissos da *Campanha Paz Sim! NATO Não!* estão perfeitamente actuais e deverão por isso ter continuidade, defendeu a dirigente do CPPC.



«Escudo antimíssil»

O que é e por que deve ser combatido

O que é o chamado «Escudo de Defesa Antimíssil»?

É um sistema que está a ser desenvolvido pelos Estados Unidos da América para detectar e interceptar qualquer tipo de míssil (de curto, médio ou longo alcance) lançado de qualquer parte do mundo. O seu objectivo autoproclamado é «destruir mísseis e suas ogivas antes de estes atingirem os seus alvos».

De que consta este sistema?

Fazem parte deste sistema um conjunto de sensores ligados em rede, incluindo satélites espaciais, e radares terrestres e marítimos para detecção e rastreamento de alvos; mísseis interceptores terrestres e marítimos vocacionados para destruir mísseis balísticos; e uma rede de comunicação, comando e controlo que forneça os comandantes operacionais das necessárias ligações entre os sensores e os mísseis interceptores.

Onde se situam os seus componentes?

Os elementos deste sistema são operados por pessoal militar dos EUA a partir do seu Comando Estratégico, do Comando do Norte, do Comando do Pacífico, do Comando Europeu (dos EUA) e das forças estacionadas no Japão.

Os EUA têm programas de «defesa» antimíssil com um grande número de países, incluindo o Reino Unido, o Japão, a Austrália, Israel, a Dinamarca, a Alemanha, a Holanda, a República Checa, a Polónia, a Itália e muitos outros. A Agência de Defesa Antimíssil participa activamente em operações da NATO.

É um sistema defensivo, como alegam os EUA?

Só na aparência. Ao ser capaz de interceptar qualquer míssil, o sistema garante, na prática, aos Estados Unidos da América o monopólio deste tipo de armamento. Ao contrário do que sucede actualmente, os EUA poderiam lançar um ataque (inclusivamente nuclear) contra um qualquer país do Mundo, ficando a salvo de uma eventual resposta.

Que consequências pode ter, para a paz, este sistema?

A primeira consequência é, desde logo, o já referido monopólio nuclear *de facto* que pode proporcionar para os Estados Unidos da América. Este país, que é o único a ter no seu «currículo» a utilização de armamento nuclear (em Agosto de 1945, contra as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui, sem qualquer interesse militar), nunca expressou o compromisso de não utilizar o armamento nuclear em primeiro ataque.

Este sistema levará também, e inevitavelmente, à corrida aos armamentos por parte da China e da Rússia, que procurariam formas de contornar ou neutralizar este sistema. A sua plena entrada em funcionamento significaria um drástico desequilíbrio de forças à escala mundial.

Actividade intensa e diversificada

A denúncia da situação que se vive actualmente no **Médio Oriente**, particularmente na Síria, ocupou grande parte das atenções do CPPC nos últimos meses. Nas manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, os activistas do CPPC levaram faixas onde se podia ler *Pela Paz! Não à Guerra no Médio Oriente*. Entretanto, na sequência da visita à Síria de um seu dirigente (ver páginas 2 e 3), o CPPC promoveu uma série de debates e sessões públicas sobre a situação que se vivia então nesse país do Médio Oriente.

A **Constituição de Abril e a Paz** deu o mote a três debates – em Lisboa, no Porto e em Coimbra – onde participaram, para além de dirigentes do CPPC, diversas personalidades das mais variadas áreas de intervenção e representantes de organizações sociais, que partilharam os seus pontos de vista acerca da actualidade da luta pela paz e o que ela representa hoje.

O CPPC **tomou posição** sobre os mais variados assuntos: para além de acompanhar a par e passo a evolução da situação na Síria, solidarizou-se com os presos políticos palestinos; repudiou o golpe de Estado no Paraguai; saudou o povo venezuelano por ocasião de mais um aniversário do nascimento de Simón Bolívar e recordou a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial e o seu significado. O CPPC esteve ainda representado no **Comboio dos 1000**, iniciativa internacional que reuniu perto de um milhar de jovens europeus (entre os quais uma centena de portugueses) que visitaram os campos de concentração de Auschwitz/Birkenau, e que foi promovida em Portugal pela URAP.

Dia 20 de Outubro de 2012, em Lisboa

Assembleia da Paz e Conferência

A direcção nacional do CPPC tomou a iniciativa de propor a convocação de uma Assembleia da Paz para o dia 20 de Outubro, em Lisboa. Tal reunião, a realizar quase um ano depois da anterior assembleia, está prevista nos estatutos do CPPC e propõe-se a apreciar o relatório e contas anuais, relativos ao primeiro ano de mandato dos actuais corpos dirigentes, bem como debater medidas para o reforço do CPPC e da dinamização da actividade dos seus núcleos e comissões de paz.

Após a assembleia, realizar-se-á uma conferência, para qual serão convidados, além dos aderentes do CPPC, outras personalidades e organizações, visando a partilha de análises sobre as questões mais prementes da solidariedade e da Paz e Cooperação entre os povos.

Serão oportunamente anunciados mais elementos sobre a assembleia e a conferência, desde logo o local e o horário, bem como o lema sobre o qual se desenrolarão os trabalhos.

Acampamento pela Paz

A albufeira do Maranhão, em Avis, voltou a receber, nos dias 27, 28 e 29 de Julho, a terceira edição do Acampamento pela Paz, promovido pela Plataforma *Juventude do Futuro é com a Constituição do Presente*.

O CPPC marcou presença nestes três dias, onde mais de 250 jovens provenientes de diversos locais do País puderam desfrutar das inúmeras actividades que compunham o programa do acampamento: teatro, desporto e um muito participado debate com o tema *A Derrota no Nazifascismo e a Luta pela Paz*, conduzido por Ivo Serra, da URAP, e com a participação do resis-



tente antifascista José Pedro Soares.

No sábado à noite, no jantar que reuniu todos os participantes no acampamento, intervieram Helena Casqueiro, da direcção do CPPC, e o presidente da Câmara Municipal de Avis, Manuel Coelho.

Não esquecer Hiroshima e Nagasaki

Os bombardeamentos nucleares norte-americanos das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foram uma vez mais recordados pelo CPPC, 67 anos depois. Num comunicado emitido no dia 6, lembra-se as 250 mil mortes provocadas no imediato ou nos dias subsequentes e as sequelas graves que permanecem, como a proliferação de doenças cancerígenas e as malformações genéticas, devidas à exposição à radiação e a substâncias radioactivas.

Desde então para cá, recorda-se, os povos do mundo têm-se mobilizado para impedir que algo de semelhante se venha repetir. O Apelo de Estocolmo pela proibição das armas nucleares, lançado em Março de 1950 pelo movimento da Paz, recolheu mais de 500 milhões de assinaturas.

Conselho Português para a Paz e Cooperação

Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email: conselhopez@c PPC.pt

www.c PPC.pt

Visita e adere à nossa página do Facebook